



**MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SMMA**



## **LICENÇA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO**

**LMR – SMMA/CIM.POL. Nº 005/2022/CLASSE SIMPLIFICADA**

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SMMA**, no uso das atribuições que lhes são conferidas no inciso III do artigo 7º da Lei Municipal nº 918, de 06 de fevereiro de 2020, expede a presente **LICENÇA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO** requerida através do Processo nº 0334/2022 que autoriza a:

**REQUERENTE: Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã/ES**

**CNPJ/CPF: 01.612.865/0001-71**

**ENDEREÇO DA ATIVIDADE: Estrada São Roque – São Pedro**

**COORDENADAS: UTM 24K 325392 / 7817291**

**MUNICÍPIO: São Roque do Canaã-ES**

A exercer a atividade de **ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), SEM LAGOAS - VINCULADA À SISTEMA PÚBLICO DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO.**

Esta LMR é válida pelo período de **02 (dois)** anos, a contar da data do recebimento, observando as **CONDICIONANTES** no verso discriminadas, bem como seus anexos, os quais são partes integrantes da mesma.

São Roque do Canaã – Espírito Santo, 10/03/2022.

Data de Recebimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura

**Gerson de Freitas Junior**  
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Integra a presente LICENÇA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO, O ANEXO I CONTENDO **21 (VINTE E UM) CONDICIONANTES** que deverão ser cumpridas nos prazos estabelecidos por esse órgão.



ANEXO I – LICENÇA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO Nº 05/2022

Empresa/Nome: **Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã/ES**

Atividade licenciada: **Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), sem lagoas - vinculada à sistema público de coleta e tratamento de esgoto**

CONDICIONANTE	DESCRIÇÃO																																																												
1.	<p>Esta licença está vinculada ao desenvolvimento da atividade de ‘Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), sem lagoas - vinculada à sistema público de coleta e tratamento de esgoto’, com Vazão Máxima de Projeto (VMP) de aproximadamente 30 l/s, localizada na Estrada São Roque - São Pedro, s/nº, Sede do município de São Roque do Canaã/ES, delimitada pela poligonal formada pelos pontos em coordenadas geográficas UTM 24K – Sirgas 2000:</p> <table><tr><td>P1</td><td>(N)</td><td>7.817.244,3804</td><td>(E)</td><td>325.448,2271</td></tr><tr><td>P2</td><td>(N)</td><td>7.817.319,6029</td><td>(E)</td><td>325.448,2271</td></tr><tr><td>P3</td><td>(N)</td><td>7.817.338,7087</td><td>(E)</td><td>325.492,5976</td></tr><tr><td>P4</td><td>(N)</td><td>7.817.343,9090</td><td>(E)</td><td>325.510,7483</td></tr><tr><td>P5</td><td>(N)</td><td>7.817.323,7832</td><td>(E)</td><td>325.502,9562</td></tr><tr><td>P6</td><td>(N)</td><td>7.817.323,7832</td><td>(E)</td><td>325.499,3875</td></tr><tr><td>P7</td><td>(N)</td><td>7.817.314,5657</td><td>(E)</td><td>325.499,3875</td></tr><tr><td>P8</td><td>(N)</td><td>7.817.288,7241</td><td>(E)</td><td>325.489,3825</td></tr><tr><td>P9</td><td>(N)</td><td>7.817.265,5194</td><td>(E)</td><td>325.488,7658</td></tr><tr><td>P10</td><td>(N)</td><td>7.817.254,4655</td><td>(E)</td><td>325.492,1858</td></tr><tr><td>P11</td><td>(N)</td><td>7.817.246,8163</td><td>(E)</td><td>325.493,7808</td></tr><tr><td>P12</td><td>(N)</td><td>7.817.244,3804</td><td>(E)</td><td>325.493,7303</td></tr></table>	P1	(N)	7.817.244,3804	(E)	325.448,2271	P2	(N)	7.817.319,6029	(E)	325.448,2271	P3	(N)	7.817.338,7087	(E)	325.492,5976	P4	(N)	7.817.343,9090	(E)	325.510,7483	P5	(N)	7.817.323,7832	(E)	325.502,9562	P6	(N)	7.817.323,7832	(E)	325.499,3875	P7	(N)	7.817.314,5657	(E)	325.499,3875	P8	(N)	7.817.288,7241	(E)	325.489,3825	P9	(N)	7.817.265,5194	(E)	325.488,7658	P10	(N)	7.817.254,4655	(E)	325.492,1858	P11	(N)	7.817.246,8163	(E)	325.493,7808	P12	(N)	7.817.244,3804	(E)	325.493,7303
P1	(N)	7.817.244,3804	(E)	325.448,2271																																																									
P2	(N)	7.817.319,6029	(E)	325.448,2271																																																									
P3	(N)	7.817.338,7087	(E)	325.492,5976																																																									
P4	(N)	7.817.343,9090	(E)	325.510,7483																																																									
P5	(N)	7.817.323,7832	(E)	325.502,9562																																																									
P6	(N)	7.817.323,7832	(E)	325.499,3875																																																									
P7	(N)	7.817.314,5657	(E)	325.499,3875																																																									
P8	(N)	7.817.288,7241	(E)	325.489,3825																																																									
P9	(N)	7.817.265,5194	(E)	325.488,7658																																																									
P10	(N)	7.817.254,4655	(E)	325.492,1858																																																									
P11	(N)	7.817.246,8163	(E)	325.493,7808																																																									
P12	(N)	7.817.244,3804	(E)	325.493,7303																																																									
2.	Manter a licença ou cópia autenticada à disposição da fiscalização, no local da atividade.																																																												
3.	Executar a atividade no local autorizado e informar, previamente, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) de São Roque do Canaã, sobre qualquer alteração cadastral ou intervenção no sistema produtivo, ficando proibido realizar quaisquer alterações antes da manifestação do órgão municipal.																																																												
4.	Disponibilizar a placa informativa, padrão do licenciamento ambiental, em local visível. <b><u>Prazo de 30 (trinta) dias após obtenção da licença.</u></b>																																																												
5.	Apresentar, folha de publicação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, da obtenção da Licença Municipal de Regularização (LMR). <b><u>Prazo de 30 (trinta) dias após a obtenção da licença.</u></b>																																																												
6.	Apresentar, aos autos do processo, Outorga de direito de uso de recurso hídrico para o lançamento do efluente oriundo da ETE ao corpo hídrico, Rio Santa Maria do Doce, emitida pela Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH). <b><u>Prazo: 90 dias após obtenção da licença.</u></b>																																																												



7.	Apresentar anualmente cópia válida do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP) junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). <b><u>Prazo para a primeira apresentação: 120 (cento e vinte) dias após obtenção da licença.</u></b>
8.	Executar um plano paisagístico de área verde em volta da área útil da ETE (cinturão verde) para controle ambiental e bem estar social. Para atendimento desta condicionante, deverá ser apresentado Relatório Fotográfico. <b>PRAZO: 120 (CENTO E VINTE) DIAS APÓS OBTENÇÃO DA LICENÇA.</b>
9.	Realizar de forma adequada o gerenciamento, armazenamento e destinação dos resíduos sólidos, domésticos e industriais gerados durante a operação e manutenção da ETE, devendo sempre atender o preceito das Legislações Ambientais vigentes e NBRs.
10.	Realizar a segregação dos resíduos sólidos gerados no empreendimento, fazendo uso permanente da coleta seletiva, preferencialmente conforme Lei Federal nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas atualizações, obedecida sua classificação conforme norma NBR nº 10004. Para a gestão dos resíduos, deve-se atender ao que segue: <b>a)</b> É de responsabilidade do gerador a correta gestão e destinação final dos resíduos sólidos gerados, sendo obrigatória sua destinação ou comercialização com empresas licenciadas junto ao órgão ambiental competente; <b>b)</b> Os resíduos de varrição deverão ser preferencialmente ensacados e armazenados em local coberto e protegido das intempéries, tais como chuva e vento, até sua destinação final; <b>c)</b> Os demais resíduos reaproveitáveis e/ou recicláveis, tais como papel, plástico, papelão e metal, não contaminados com graxa, óleo ou outros produtos químicos, deverão ser armazenados em local protegido de intempéries, sendo encaminhados prioritariamente para as associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis que atuam no Município de São Roque do Canaã ou cidades vizinhas; <b>d)</b> Os resíduos perigosos – Classe I gerados no empreendimento, não podem ser misturados ao resíduo comum, devendo ser corretamente identificados, armazenados em recipiente adequado e compatível com o tipo de resíduo, em área impermeabilizada, coberta e dotada de bacia de contenção devidamente dimensionada até sua destinação final, a ser realizada por empresa licenciada para este fim; <b>e)</b> A documentação comprobatória de destinação dos resíduos (notas fiscais de venda, recibos de doação ou certificados de destinação) deverá ser devidamente assinada pelo recebedor, conter os tipos e a quantidade de resíduos destinados, estar acompanhada da licença ambiental da empresa responsável pela coleta e destinação, ser mantida no empreendimento e encaminhada cópia à SMMA de São Roque do Canaã, quando solicitadas.
11.	Apresentar um plano ou medidas de desinfecção e destinação do lodo residual do leito de secagem, contendo informações da quantidade gerada trimestralmente/ coletada/ transportadas/ destinadas/ recicladas, e a



	documentação comprobatória, de recebimento de todos os resíduos gerados, notas fiscais de alienação ou contrato firmado com a Empresa responsável pela coleta e destinação final (aterro sanitário ou empresa de reciclagem), bem como cópia da licença ambiental da mesma. Prazo de 120 (cento e vinte) dias após obtenção da licença.
12.	Todas as unidades operacionais do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) deverão estar fora da cota de inundação dos corpos hídricos próximos às mesmas ou deverá ser adotada tecnologia que garanta a eficiência e o não contato dos efluentes coletados com os corpos hídricos e com o solo por meio de alagamentos, infiltrações e outros meios que possam causar danos ao meio ambiente.
13.	Manter operacional os dispositivos de drenagem de água da chuva, evitando assim a possibilidade de ocorrência de alagamentos na área da ETE.
14.	<p>Encaminhar à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA, na forma de Relatório de Monitoramento, os valores obtidos para o afluente e efluente da ETE e para o corpo receptor (montante e jusante), sendo que:</p> <p>a) O envio do relatório deverá <b><u>ocorrer semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao sexto mês, tendo como data de início a data de emissão da licença ambiental;</u></b></p> <p>b) As frequências de monitoramento e a indicação dos parâmetros estão apresentadas no anexo IV para a ETE e para o corpo receptor;</p> <p>c) O monitoramento estabelecido nesta condicionante para ETE e corpo receptor deverá se iniciar <b>30 (trinta) dias após a obtenção da licença;</b></p> <p>d) Os pontos de monitoramento do corpo receptor devem observar os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Ponto à montante – 50 metros à montante do ponto de lançamento do efluente tratado da ETE (indicar as coordenadas);</li><li>• Ponto à jusante – 50 metros à jusante do ponto de lançamento do efluente tratado da ETE (indicar as coordenadas);</li></ul> <p>e) O relatório deverá estar acompanhado de parecer técnico conclusivo dos resultados das análises, realizado por profissional habilitado e de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do mesmo. No parecer deverá constar a análise comparativa às legislações vigentes e justificativas quando algum parâmetro se apresentar fora do limite especificado por elas;</p> <p>f) As frequências de monitoramento estabelecidas na tabela 1 são exclusivamente para o controle ambiental, cabendo ao empreendedor realizar os monitoramentos necessários para a correta operacionalização da ETE;</p> <p>g) Caso o responsável pelo monitoramento opte por utilizar microrganismo Escherichia coli em substituição ao parâmetro Coliforme Termotolerante, deve ser utilizada a razão de 60% da concentração.</p> <p>h) A SMMA poderá solicitar a qualquer momento análise de outros parâmetros e frequências no monitoramento ambiental acima descrito, caso entenda ser necessário.</p>
15.	Manter atualizado o Alvará de Licença do Corpo de Bombeiros do Estado do Espírito Santo e apresentar cópia à SMMA de São Roque do Canaã. Prazo: 60 (sessenta) dias.



<b>16.</b>	A tecnologia empregada e a localização das estruturas da ETE não deverão ocasionar impactos ambientais negativos significativos, especialmente os paisagísticos, por ruídos, vibrações ou emissões atmosféricas (odores), devendo contemplar soluções tecnicamente reconhecidas para mitigação desses impactos, em caso de existência dos mesmos.
<b>17.</b>	A ETE deverá garantir o controle e o tratamento de possíveis odores e proliferação de vetores oriundos da estação elevatória, assegurando a eficiência necessária para que não ocasione transtorno ao bem-estar e à saúde da população.
<b>18.</b>	A Estação de tratamento de esgoto (ETE) deverá:  a) Manter operacional o filtro de gases, responsável pelo controle e tratamento de possíveis odores oriundos do esgoto bruto, garantindo a eficiência necessária para que a atividade não ocasione transtorno ao bem-estar e saúde da população; b) Garantir a eficiência mínima estabelecida de tratamento, assim como não permitir que seu efluente cause impacto ao corpo receptor, atendendo ao preconizado em legislação ambiental; c) Garantir a estanqueidade das estruturas das unidades da ETE para evitar possíveis vazamentos; d) Manter operacional a estrutura/equipamento responsável pela medição da vazão afluente da Estação, visando garantir controle operacional; e) Garantir que o dispositivo para o lançamento de efluente não cause impacto ambiental significativo, principalmente visual.
<b>19.</b>	Elaborar Plano de Emergência/Contingência para funcionamento de todo o Sistema de Esgotamento Sanitário (ETE, redes coletoras, estação elevatória de esgoto, etc), incluindo a prevenção de pane mecânica, falta de energia elétrica e procedimentos de manutenção periódica e inspeção. Ressalta-se que o empreendedor deverá manter cópia do referido plano na ETE.
<b>20.</b>	Fica proibida a utilização de by-pass de esgoto bruto e qualquer outro tipo de lançamento de efluente sem tratamento da estação em curso d'água.
<b>21.</b>	O local de lançamento do efluente tratado deverá possuir acesso facilitado para realização de vistorias, coleta de amostras para monitoramento, manutenção, entre outros, devendo ainda possuir identificação sobre a estrutura implantada e a sua finalidade, de forma que se possa reconhecer o tipo de atividade/empreendimento implantado no local. Informa-se que este item será verificado quando da realização de vistoria técnica de controle ambiental ao empreendimento.
<b>22.</b>	A ETE deverá operar permanentemente de forma adjacente ao Plano Municipal De Saneamento Básico.
<b>23.</b>	É vedada a queima a céu aberto de material potencialmente poluidor conforme Decreto Estadual nº. 2299- N/1986.




**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Processo**  
**nº: 334/2022**

**Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA**

<b>24.</b>	Manter as áreas do empreendimento limpas e livres de resíduos sólidos e líquidos, principalmente oleosos.
<b>25.</b>	No caso de ocorrência de acidentes, a SMMA de São Roque do Canaã deverá ser imediatamente comunicada, através de contato telefônico, no momento da ocorrência, devendo ser também encaminhado ofício devidamente assinado pelo responsável pelo empreendimento contendo as causas do acidente, a descrição do fato e as ações que foram adotadas para mitigar os impactos ambientais.
<b>26.</b>	Os níveis de ruídos gerados no empreendimento deverão estar sempre de acordo com os limites aceitáveis estabelecidos pela Resolução do CONAMA nº 01/1990 e norma NBR 10.151. Caso seja constatada a emissão de ruídos fora dos padrões permissíveis, a empresa deverá apresentar estudo para melhoramento do conforto acústico da região do entorno da empresa, bem como realizar sua implantação.
<b>27.</b>	Orientar os trabalhadores envolvidos na atividade quanto às normas ambientais de execução dos serviços e quanto às condicionantes desta Licença Ambiental.
<b>28.</b>	Em caso de supressão de florestas plantadas ou nativas, requerer autorização ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), conforme determina a Lei nº 5.361/1996 e Decreto Nº 4.124–N/1997.
<b>29.</b>	Não armazenar qualquer resíduo gerado no processo produtivo em área que exceda o limite da área útil da atividade licenciada ou em Área de Preservação Permanente (APP).
<b>30.</b>	Em caso de supressão de florestas plantadas ou nativas, requerer autorização ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), conforme determina a Lei nº 5.361/1996 e Decreto Nº 4.124–N/1997.
<b>31.</b>	As áreas utilizadas pela atividade e o entorno devem estar em condição de solo adequada sem ocorrência de processo erosivo.
<b>32.</b>	Caso a empresa encerre definitivamente as suas atividades, deverá haver a desmobilização de seu processo industrial, apresentando documentação comprobatória da destinação de seus resíduos e relatório fotográfico descritivo comprovando a inexistência de fontes geradoras de poluição e de passivos ambientais. Prazo: 60 (sessenta) dias a partir da desmobilização.
<b>33.</b>	A Licença Municipal Simplificada (LMS) deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do vencimento desta LMR, objetivando assegurar sua prorrogação automática até manifestação definitiva da SMMA de São Roque do Canaã. Finalizado o prazo de validade desta Licença, sem pedido tempestivo de renovação ou de nova Licença, esta será dada como extinta, passando o empreendimento à condição de irregular.



	<p align="center"><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ</b>  <b>ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</b></p> <p align="center">Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA</p>	<p align="center"><b>Processo</b>  <b>nº: 334/2022</b></p>
--	---	--

<p align="center"><b>34.</b></p>	<p>Toda documentação apresentada em atendimento às condicionantes ambientais desta licença deverá fazer referência à (s) condicionante (s) a que se destina (m). Os documentos deverão estar devidamente rubricados, assinados, em suas vias originais, acompanhados da respectiva ART, quando couber, e ser apresentados em via impressa e digital (formato PDF, desbloqueado para edição);</p>
<p align="center"><b>35.</b></p>	<p>Visando o bem-estar da população, a SMMA de São Roque do Canaã poderá exigir, com base em parecer técnico fundamentado, a implantação de equipamentos e tecnologias para redução dos impactos ambientais, ou ainda, a completa interrupção da atividade.</p>
<p align="center"><b>36.</b></p>	<p>A SMMA de São Roque do Canaã, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença caso ocorra:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente Licença;</li> <li>b) A superveniência de graves riscos ambientais e/ ou de saúde pública;</li> <li>c) Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da Licença ou normas legais.</li> </ul>

## ANEXO II

**Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã/ES**, torna público que Obteve da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Roque do Canaã - SMMA, através do processo nº 334/2022, a Licença Municipal de Regularização nº 05/2022, com validade de 02 (dois) anos, para a atividade de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), sem lagoas - vinculada à sistema público de coleta e tratamento de esgoto, localizado em Estrada São Roque – São Pedro, Município de São Roque do Canaã- ES.



### ANEXO III

1,2 Metros



### ANEXO IV - PARÂMETROS E FREQUÊNCIAS PARA O MONITORAMENTO DA ETE E CORPO RECEPTOR:

Parâmetros	ETE		Corpo Receptor	
	Afluente	Efluente	Montante	Jusante
Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO5)	B	B	S	S
Coliformes Termotolerantes	B	B	S	S
Demanda Química de Oxigênio (DQO)	B	B	S	S
Potencial Hidrogeniônico (pH)	B	B	S	S
Oxigênio Dissolvido (OD)	-	B	S	S
Temperatura	B	B	S	S
Fósforo Total	B	B	S	S
Nitrogênio Total	-	-	S	S
Nitrogênio Amoniacal	B	B	S	S
Sólidos Totais	-	-	S	S
Turbidez	-	-	S	S
Óleos e Graxas	-	B	S	S
Sólidos Suspensos	B	B	-	-
Sólidos Sedimentáveis	B	B	-	-
Surfactantes	S	S	-	-
Vazão	M	M	-	-
População atendida pelo SES	B	-	-	-
Carga Orgânica Total	B	B	-	-

São Roque do Canaã/ES, 03 de março de 2022

**Equipe Técnica responsável:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA

**Processo  
nº: 334/2022**

---

**Thayro Correia Gomes**

Engenheiro Ambiental

CREA/ES 50751/D